

centésimas, de acordo com a especificidade de cada método, através da aplicação das seguintes fórmulas finais:

$$OF = 0,70 PC + 0,30 EPS$$

$$OF = 0,70 AC + 0,30 EPS$$

em que:

OF = Ordenação Final  
PC = Prova de conhecimentos  
EPS = Entrevista profissional de seleção  
AC = Avaliação Curricular

#### 20 — Composição do júri:

Presidente — Paulo Manuel Sales Moimenta de Carvalho, Diretor do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Feminino.

Vogais efetivos:

Ana Maria Castro Sacadura Manso Nunes, Técnica superior da DSRH, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

Maria Antonieta Monteiro Correia, Adjunta da Direção do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Feminino.

Vogais suplentes:

Paula Alexandra Pereira Barbosa Leão, Adjunta da Direção do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Feminino;

Pedro Miguel Garcia da Silva, Técnico superior da DSRH.

21 — Nos termos da alínea *t*) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria, os candidatos têm acesso às atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, à grelha classificativa e ao sistema de valoração final do método, sempre que o solicitarem.

22 — Cada um dos métodos de seleção, bem como cada uma das fases que comportem, é eliminatório pela ordem enunciada na lei. É excluído do procedimento o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhe sendo aplicado o método ou fases seguintes, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 18.º da Portaria.

23 — Os candidatos são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos a que se refere o n.º 9.1 do presente aviso, desde que declarem sob compromisso de honra, no formulário de candidatura, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um deles (Ponto 7 do formulário).

24 — A falta de apresentação dos documentos exigidos no presente aviso implica a exclusão dos candidatos, nos termos do n.º 9 do artigo 28.º da Portaria.

25 — Aos candidatos que exerçam funções na Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais não é exigida a apresentação de outros documentos comprovativos dos factos indicados no currículo, desde que expressamente refiram que os mesmos se encontram arquivados no seu processo individual, nos termos dos n.ºs 6 e 7 do artigo 28.º da Portaria.

26 — Em conformidade com o n.º 4 do artigo 28.º da Portaria, assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para a apreciação do seu mérito.

27 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

28 — Os candidatos admitidos serão convocados, através de notificação do dia, hora e local para realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no artigo 32.º e por uma das formas previstas nas alíneas *a*), *b*), *c*) ou *d*) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria. A publicação dos resultados obtidos em cada método de seleção intercalar é efetuada através de lista unitária, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações da DGRSP e disponibilizada na sua página eletrónica.

29 — Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas *a*), *b*), *c*) ou *d*) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria, para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

30 — Lista unitária de ordenação final dos candidatos

30.1 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados é notificada nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 30.º, ambos da Portaria.

30.2 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação, é afixada em local visível e público das instalações da DGRSP, disponibilizada na página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do *Diário da República*, com informação sobre a sua publicação, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria.

31 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de março: «Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

11 de março de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

207701183

## Polícia Judiciária

### Aviso n.º 4182/2014

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, faz-se público que foi distribuída para consulta a lista de antiguidade dos trabalhadores nomeados do mapa de pessoal da Polícia Judiciária, reportada a 31 de dezembro de 2013.

De harmonia com o disposto no artigo 96.º, da organização da lista cabe reclamação, a deduzir no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, exceto para os trabalhadores previstos no artigo 98.º do citado diploma, em que o prazo é de 60 dias.

20 de março de 2014. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*.

207707404

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA

### Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações

#### Despacho n.º 4510/2014

Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 14.º e no n.º 2 do artigo 15.º, todos do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi conferida pelas Leis n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, 4-A/2003, de 19 de fevereiro e 67-A/2007, de 31 de dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 56/2008, de 4 de setembro, atento o despacho do Conselho de Administração da EP — Estradas de Portugal, S.A., de 15 de janeiro de 2014, que aprovou a planta parcelar n.º EN VN366-OA1634-12-005-RB-07.7-03 e o respetivo mapa de áreas relativo às parcelas de terreno necessárias à construção da obra da «EN VN 366 — Ponte sobre a Ribeira do Judeu ao km 13+010 — Reabilitação da Obra de Arte e Retificação, Regularização e Proteção do Leito da Ribeira», e a Resolução de Expropriar aprovada por deliberação de 15 de janeiro de 2014, do Conselho de Administração da EP — Estradas de Portugal, S.A., na qualidade de concessionária no contrato de concessão para a construção, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional, atual e futura, conforme foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 174-A/2007, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 226, de 23 de novembro de 2007, cujas bases foram aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro, declaro, no exercício da competência que me foi delegada pela alínea *b*) do ponto 3.5. do Despacho n.º 12100/2013, de 12 de setembro, do Ministro da Economia, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 183, de 23 de setembro de 2013, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037 de 19 de agosto de 1949, e da Base 18 anexa ao Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro, a utilidade pública, com caráter de urgência, das expropriações dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, necessários à execução da referida obra, identificados no mapa de áreas e na planta parcelar em anexo, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial dos direitos e ónus que sobre eles incidem, bem como os nomes dos respetivos titulares, louvando-se a urgência das expropriações das parcelas de terreno abaixo identificadas no interesse público subjacente à célere e eficaz execução da obra projetada.

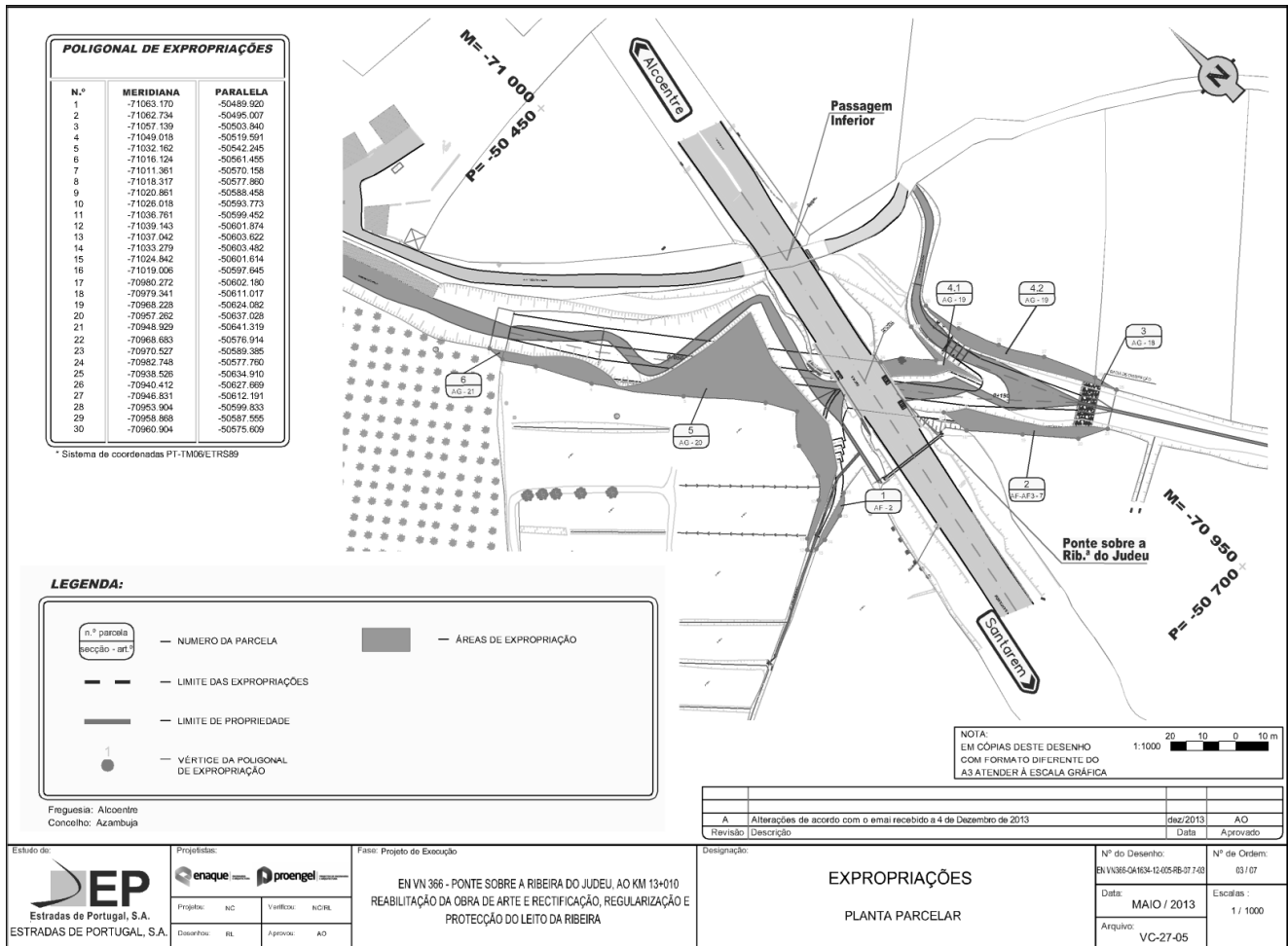
Os encargos com as expropriações em causa serão suportados pela EP — Estradas de Portugal, S.A.

14 de março de 2014. — O Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, *Sérgio Paulo Lopes da Silva Monteiro*.

## MAPA DUP

**EN VN 366 – Ponte sobre a Ribeira do Judeu ao KM 13+010— Reabilitação da Obra de Arte e Retificação,  
Regularização e Proteção do Leito da Ribeira**

| Número da parcela | Nomes e moradas dos expropriados   | Identificação do prédio                 |        |                   |   | Áreas de expropriação |
|-------------------|--|---|--------|-------------------|---|-----------------------|
|                   |  | Matriz /Freguesia                       |        | Descrição Predial | Confrontações do prédio   |                       |
|                   |  | Rústica                                 | Urbana |                   |   |                       |
| 1                 | <p>Arnaldo Dionísio da Fonseca<br/>Rua Dr. António José de Almeida 5 -5º Drt.<br/>2620-131 — Póvoa Santo Adrião</p> <p>Servidão:<br/>Águas do Oeste, S. A.<br/>Convento S. Miguel das Gaeiras<br/>2510-718 Óbidos</p>              | Secção AF Alcoentre<br>Artigo 2         | 2149   | 144 Azambuja      | <p>Norte: Linha de água (afluente)<br/>Sul: O próprio<br/>Este: O próprio<br/>Oeste: Linha de água (afluente)</p>   | 31 m <sup>2</sup>     |
| 2                 | <p>Sociedade Agrícola Quinta do Convento da Visitação, SAG, Lda<br/>Rua Tierno Galvan, Torre 3, 13º piso<br/>1070-274 Lisboa</p> <p>Servidão:<br/>Águas do Oeste, S. A.<br/>Convento S. Miguel das Gaeiras<br/>2510-718 Óbidos</p> | Secção AF- AF3<br>Alcoentre<br>Artigo 7 |        |                   | <p>Norte: Linha de água<br/>Sul: O próprio<br/>Este: Linha de água<br/>Oeste: Estrada VN 366</p>  | 184 m <sup>2</sup>    |
| 3                 | <p>Herdeiros de Leonardo Augusto Cardoso<br/>Rua Pina Manique, n.º 42<br/>2065-042 Alcoentre</p>   | Secção AG Alcoentre<br>Artigo 18        |        | 1436 Azambuja     | <p>Norte: Maria Joaquina Carvalho<br/>Sul: Linha de água<br/>Este: O próprio<br/>Oeste: Linha de água e Maria Joaquina Carvalho</p>   | 7 m <sup>2</sup>      |
| 4.1<br>4.2        | <p>Herdeiros de Maria Joaquina Carvalho<br/>Terreiro da Esperança, n.º 38, 4º Esqº<br/>2810 -204 Almada</p>  | Secção AG Alcoentre<br>Artigo 19        |        |                   | <p>Norte: Linha de água (afluente) e o próprio<br/>Sul: Linha de água e Leonardo A. Cardoso, Outros<br/>Este: O próprio e Leonardo A. Cardoso e Outros<br/>Oeste: Linha de água e o próprio</p> | 297 m <sup>2</sup>    |
| 5                 | <p>Francisco Alberto dos Santos Jerónimo<br/>Travessa da Fonte 2, n.º 1<br/>2065-025 — Alcoentre</p> <p>Servidão:<br/>Águas do Oeste, S. A.<br/>Convento S. Miguel das Gaeiras<br/>2510-718 Óbidos</p>                             | Secção AG Alcoentre<br>Artigo 20        |        | 2973 Azambuja     | <p>Norte: Linha de água<br/>Sul: Linha de água (afluente) e o próprio<br/>Este: Linha de água<br/>Oeste: O próprio e António Nascimento Pires</p>   | 1.058 m <sup>2</sup>  |
| 6                 | <p>António do Nascimento Pires<br/>Rua Pina Manique, 19<br/>2065-042 — Alcoentre</p> <p>Servidão:<br/>Águas do Oeste, S. A.<br/>Convento S. Miguel das Gaeiras<br/>2510-718 Óbidos</p>   | Secção AG Alcoentre<br>Artigo 21        | 2231   | 838 Azambuja      | <p>Norte: Linha de água<br/>Sul: Francisco Alberto dos Santos Jerónimo<br/>Este: Linha de água e Francisco A. S. Jerónimo<br/>Oeste: O próprio</p>  | 10 m <sup>2</sup>     |



207705711

**Despacho n.º 4511/2014**

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º e no n.º 2 do artigo 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi conferida pelas Leis n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, 4-A/2003, de 19 de fevereiro e 67-A/2007, de 31 de dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 56/2008, de 4 de setembro, atento o despacho do Conselho de Administração da EP – Estradas de Portugal, S.A., de 6 de novembro de 2013, que aprovou as plantas parcelares n.ºs S3-242-13-003-Rev A, S3-242-13-006-Rev A, S3-242-13-009-Rev A, S3-242-13010-Rev A, S3-242-13-011-Rev A, S3-242-13-012-Rev A, S3-242-13-013-Rev A, S3-242-13-014-Rev A, S3242-13-015-Rev A, S3-242-13-016-Rev A, S3-242-13-017-Rev A, S3-242-13-020-Rev A e os respetivos mapas de áreas relativos às parcelas de terreno necessárias à construção da obra da “Concessão Túnel do Marão – A4/IP4 – Amarante / Vila Real – Sublanço Nó de Ligação ao IP4 / Campeã (Revisão A)”, e a Resolução de Expropriar aprovada por deliberação de 6 de novembro de 2013, do Conselho de Administração da EP – Estradas de Portugal, S.A., na qualidade de concessionária no contrato de concessão para a construção, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária nacional, atual e futura, conforme foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 174-A/2007, publicada no

Diário da República, 1.ª série, N.º 226, de 23 de novembro de 2007, cujas bases foram aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro, declaro, no exercício da competência que me foi delegada pela alínea b) do ponto 3.5. do Despacho n.º 12100/2013, de 12 de setembro, do Ministro da Economia, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 183, de 23 de setembro de 2013, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037 de 19 de agosto de 1949, e da Base 18 anexa ao Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro, a utilidade pública, com caráter de urgência, das expropriações dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, necessários à construção do referido lanço, identificados nos mapas de áreas e nas plantas parcelares em anexo, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial dos direitos e ónus que sobre eles incidem, bem como os nomes dos respetivos titulares, louvando-se a urgência das expropriações das parcelas de terreno abaixo identificadas no interesse público subjacente à célere e eficaz execução da obra projetada.

Os encargos com as expropriações em causa serão suportados pela EP – Estradas de Portugal, S.A., para os quais dispõe de cobertura financeira, tendo para o efeito sido já caucionados, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Código das Expropriações.

14 de março de 2014. — O Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, *Sérgio Paulo Lopes da Silva Monteiro*.